

A concepção predominante no campo da Psicologia acerca da adolescência é atravessada pela universalização e patologização dessa fase da vida, tida como naturalmente turbulenta e caracterizada por crises e desequilíbrios atribuídos ao funcionamento psíquico dos adolescentes.

A necessidade de se superar essa visão naturalizante, bem como de se atentar para a dimensão social e histórica da adolescência, consiste em um dos aspectos centrais deste livro, em que se apresenta a versão de jovens alunos de classes populares sobre sua experiência escolar.

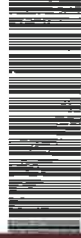
A relevância deste livro consiste na articulação entre adolescência e escolarização, tema pouco desenvolvido na área de Psicologia Escolar, bem como no questionamento da concepção hegemônica no campo da Psicologia sobre a adolescência: a partir de uma perspectiva crítica em que se enfatiza a constituição social e histórica dos fenômenos, em oposição à sua naturalização.

# Adolescência E ESCOLARIZAÇÃO

*numa Perspectiva Crítica em Psicologia Escolar*

Ana Karina Amorim Checchia

ALUS - Acervo - FE



20500080469

X



73029

Tamara: “Dizem que não presta, são tudo vagabundo, não fazem nada...”

Karina: “E você acha o quê?”

Tamara: “Que é verdade!”

(3º Encontro)

Ao contextualizar sua experiência de reprovação escolar, a adolescente afirma que todos os alunos de sua sala foram reprovados e associa esse fato à postura da professora, que costumava faltar às aulas e não se empenhava em transmitir e explicar o conteúdo aos alunos: “A professora faltava, não dava matéria. E quando ela dava, só passava e não explicava, então ninguém tava nem aí, mesmo, e a sala toda repetiu” (Tamara – Entrevista). Ao afirmar que havia sido reprovada, outra aluna faz críticas à qualidade do ensino e ao sistema de avaliação e reprovação (tema que será abordado a seguir):

Adriana: “Onde eu estudava [...], os professores davam prova, mas pra ficar livre logo de você, se você tirasse nota baixa, ele metia logo um 10. Aí eu, burra, pensei: ‘Não aprendi nada!’ Daí, tinha uma última prova, um provão, eu faltei e aí repeti, pra recuperar”.

Karina: “Por que você acha que foi burrice?”

Adriana: “Porque eles ensinam sempre a mesma coisa!”

(1º Encontro)

## O sistema de avaliação e reprovação

Os alunos criticam o sistema de avaliação e reprovação, elucidando relevantes elementos implicados nesse processo. Com relação à avaliação, os jovens declararam que os professores estipulam as notas (ou os conceitos) dos alunos com base na realização de trabalhos e provas, na verificação dos cadernos e de acordo com seu comportamento. No entanto, mencionam a arbitrariedade envolvida em um sistema de avaliação em que alguns professores não utilizam critérios bem-definidos ou coerentes para a atribuição desses conceitos aos alunos e em que provas são aplicadas e imediatamente corrigidas na lousa (são entregues pelos alunos após a cópia das respostas) ou

realizadas com consulta, o que, de acordo com os adolescentes, não possibilita a avaliação da assimilação do conteúdo ministrado:

Cristina: “Eles [professores] passam lição na lousa e, se o aluno quer copiar, copia; se não quer copiar, ele também não fala nada, dá nota. Se o aluno fez, fez; se não fez, dá nota do mesmo jeito!”

(Entrevista)

Evaristo: “A prova que ele [professor] deu na minha sala, ele deu D pra todo mundo”.

Karina: “Como assim?”

Evaristo: “Ele olhava assim, olhava, olhava... sua prova: D; sua prova: D”.

Tamara: “Mas tipo, ele já vai dando as respostas, ninguém faz nada. Ele vai colocando e todo mundo já vai copiando”.

(3º Encontro)

Janaina: “[...] Eu acho ruim prova que tem consulta [...]. A gente só lê o texto [no caderno] e escreve, não vai aprender nada desse texto! [...] Apesar que é difícil [sem consulta], só que a gente também tem que se esforçar. Se eu for fazer uma prova sem consulta, não vou fazer nada! Porque a gente já ta acostumado desde a quinta série aqui, só prova com consulta, com consulta, com consulta. Quando tiver uma prova sem consulta, como você vai fazer? Teve um dia que a professora passou uma prova de [‘w’ matéria], sem consulta, era uma pergunta só e eu não consegui fazer! E era em dupla, ainda; a gente não conseguiu fazer a prova!”

(Entrevista)

Perebe-se, com base nos trechos anteriores, que, nesse processo, as notas ou conceitos são estipulados independentemente da efetiva transmissão e assimilação do conteúdo ministrado, tal como uma aluna confirma: “Ela [professora] [...] explica uma vez, já é pra todo mundo aprender e no final do bimestre, [você] só mostra o caderno e tira A. Copiando a lição tá bom demais, só que não interessa se você aprendeu ou não” (Adriana – Entrevista). Assim, os jovens relatam situações em que a aprendizagem não é produzida nesse contexto educacional, porém, esse fato é acobertado por

meio de um sistema de avaliação arbitrário. O fato de serem atribuídas notas altas aos alunos, apesar de não se produzir a aprendizagem, é expresso pelos adolescentes, tal como mostra o seguinte fragmento de entrevista:

Janaína: “[...] Eu tenho nota boa, só que eu não sei fazer. Tipo assim, do que eu sei fazer, ela [professora] não dá prova, do que eu não sei fazer, ela dá prova”.

Karina: “Mas aí você tira nota boa?”.

Janaína: “Aí a sala inteira fica olhando pra cara dela e ela ainda dá nota, lá! [...] Ninguém da sala sabe, só alguns que ficam sentados na frente. Até os que estão na frente ainda não sabem muito bem, você pergunta pra eles... a maioria não sabe. Aí é ruim!”.

(Entrevista)

No que concerne a esse aspecto, os estudantes fazem menção, inclusive, ao fato de haver, na oitava série, alunos que não foram alfabetizados. Desse modo, introduzem críticas referentes ao sistema de reprovação/aprovação<sup>76</sup>, ressaltando o critério utilizado para a retenção dos alunos na oitava série relativo à obtenção de um grande número de faltas às aulas ao longo do ano letivo:

Karina: “Vocês acham que isso pode acontecer [que é possível passar de ano sem saber o conteúdo]?”.

Janaína: “Eu acho que pode! Porque eu mesmo não sei uma pá de coisa, mas eu tô aí, com nota boa, mas eu não sei fazer”.

Tamará: “Mas sabe por que, também? Porque os professores, eles começam uma matéria hoje, amanhã eles põem outra [...]; e complica demais, demais...!”.

Tamara: “Igual a aqui [na escola]. Na oitava série tem gente que não sabe ler!”.

(4º Encontro)

76. Algumas considerações acerca do sistema de reprovação nas escolas de Ensino Fundamental da rede estadual de São Paulo (que se relacionam à Progressão Continuada) serão apontadas no próximo capítulo.

Janaína: “Tem uma menina na minha sala que ela não sabe escrever, ler, nem nada; e ela não se esforça pra fazer nada!”.

(3º Encontro)

João: “No E2 [escola], eu ia uma vez por semana...”.

Karina: “E mesmo assim, você foi aprovado?”.

João: “Fui”.

Tamara: “[Pra ser aprovado] precisa ter no máximo 250 faltas”.

Denis: “No mínimo”.

Tamara: “A ... [aluna] tá com 198”.

Karina: “Vocês acham isso [250 faltas] muito ou pouco?”.

Juntos: “Muito! Nossa!”.

Tamara: “Em uma semana, você ganha 25 faltas. Imagine em 12 meses, quantas faltas que não dá? O ano tem 365 dias, metade do ano fica faltando!”.

(3º Encontro)

De acordo com os adolescentes, as notas obtidas por meio de atividades realizadas ao longo do ano, o comportamento dos alunos e a quantidade de faltas correspondem aos critérios para reprovação na oitava série e, ao final do ano letivo, se os alunos não apresentam “desempenho satisfatório” em algum desses aspectos, o conselho de classe (composto por professores) determina sua aprovação ou reprovação. A esse respeito, uma aluna endossa a ideia de que o número de faltas é, por vezes, prioritário em comparação aos demais critérios; ou seja, se um aluno obtiver uma nota ou conceito final insuficiente, mas apresentar um número de faltas compatível com o limite estipulado, pode ser aprovado:

Karina: “Vocês conhecem alguém que tirou nota baixa e foi reprovado?”.

Tamara: “Eu conheço. A ... [aluna]. [...] Mas é porque ela nunca vinha pra escola”.

Karina: “Por falta...”.

Tamara: “Não, tem mais uma pessoa... deixa eu ver... [aluna]. Ela veio, fez a prova [...] Ela fazia as coisas. Foi pelos pontos, né? Precisava ter tirado 2 e pouco...”.

(3º Encontro)

Tamara: “Se entrar alunos vagabundo na escola, ó... fica o ano todo sem fazer nada e ainda passa! Passa porque eles [professores] não querem ver de novo a pessoa [...]. É o Conselho [que decide se o aluno passa de ano] [...]. E o Conselho é feito por professores. [...] Se tiver dois que quer te reprovar e o resto quer te passar, você passa”.

Karina: “Não conta a nota...?”.

Tamara: “É, tipo, nota conta. Mas se você não tiver nota e não faltou no ano, você passa!”.

(4º Encontro)

Além disso, os adolescentes discutem sobre a função do SARESP, Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo. Enquanto alguns jovens se referem a essa avaliação, cuja pontuação não implica sua aprovação ou reprovação, como um meio de investigação acerca do nível de conhecimento dos alunos, outros alegam que a nota obtida nessa prova pode acarretar (ou propiciar) a retenção do aluno na oitava série. Percebe-se, portanto, que esses estudantes fazem inferências com relação à sua função, que não lhes parece ser explicitada ou esclarecida:

Karina: “Mas, então, não tem uma prova [...] que faz a pessoa repetir?”.

Janaína: “Tem. O SARESP”.

Karina: “O SARESP faz repetir?”.

Jhonatan: “O SARESP, já falaram, que não repete”.

Tamara: “Não repete. [É um teste] do conhecimento que a gente tem”.

Evaristo: “O SARESP é só um teste pra gente ter conhecimento do que vai ter o ano que vem”.

(4º Encontro)

Janaína: “[...] E quando chega na oitava, tem esse provão, aí [o aluno que tiver nota ruim] não passa”.

Karina: “É o SARESP que faz passar ou não passar?”.

Janaína: “Não, ele não faz passar, mas só que ele também ajuda [...] Ajuda pra ver o conhecimento do aluno, se ele tá indo bem. Só que tem que fazer de 1,5 pra cima de pontos. Se fizer 1,4, ou fica retido

ou eles dão recuperação, né? [...] Eu não sei se agora é assim, mas antigamente era. Agora todo mundo fala que não é assim, mas eu não sei. Por que ano passado a gente teve, só que não podia reprovar, então... mas esse ano vai reprovar”.

(Entrevista)

### Propostas para a melhoria do quadro educacional

Além de apontar as referidas críticas, os adolescentes apresentam propostas para a melhoria do quadro educacional. Com relação à infraestrutura escolar, os jovens reportam-se ao investimento e melhor aproveitamento dos recursos e equipamentos presentes nas instituições escolares. Esse aspecto é levantado pelo grupo de alunos ao fazer alusão a elementos que compõem a estrutura de sua escola, tais como: pintura e cobertura da quadra de esportes, efetiva utilização das salas de vídeo e de computação, viabilização de atividades de esporte e lazer e inclusão de lanches na cantina, como uma opção distinta da refeição (ou da “comida de almoço”) oferecida.

Uma outra proposta enfatizada pelos adolescentes se associa à concepção (apontada anteriormente) de que professores e alunos seriam am os principais responsáveis pela qualidade do ensino. Com base nessa ideia, quando são questionados sobre que medidas seriam necessárias para haver uma melhoria no quadro educacional, os jovens afirmam que deveria haver “bons professores” (empenhados em transmitir o conteúdo de forma didática e efetiva, que acreditem no potencial dos alunos e os respeitem), e serem oferecidos cursos a fim de aprimorar seu conhecimento, além de uma “conscientização” por parte dos alunos (“ter essa consciência de não fazer nada de errado, respeitar pra ser respeitado”), que também deveriam empenhar-se em estudar:

Evaristo: “Os alunos têm que ter mais desempenho pra aprender, mais vontade de estudar”.

(4º Encontro)

Janaína: “Acho que era professores com mais capacidade, como o [professor de ‘y’], assim. [...] [Precisava ter um] ensino bom, também;

os professores acreditar nos alunos e respeito. [...] Ter professor com mais vontade de ensinar e com disposição, também; tem uns que vêm, ensinam rápido e aí sai”.

(Entrevista)

Cristina: “[O professor] poderia incentivar mais o aluno, explicar direito, fazer questão que o aluno aprenda”.

(Entrevista)

Denis: “Ah, tinha que ter professores bem mais treinados, também. Mesmo depois da faculdade, tinha que ter uns cursos pra aprimoramento das coisas”.

(Entrevista)

Evaristo: “Os alunos [deveriam] se esforçar pra aprender e os professores se esforçar pra ensinar”.

(Entrevista)

É interessante notar que, partindo da concepção de que a qualidade da Educação depende da motivação e do esforço pessoal do professor, os adolescentes apresentam a proposta de que o salário dos professores deveria ser proporcional à efetividade do ensino e da aprendizagem em suas aulas: “Ganhar pelo ensino. Se estiver ensinando, ganha bem”; “Salário por Educação: [...] se o professor pelo menos tentar e a gente ver que ele tá se esforçando, aí ele recebe. [...] Se ensina mais, recebe mais; se ensina menos, recebe menos” (João – Encontro Extra I e Entrevista). Com relação a essa ideia, uma aluna acrescenta: “Se você não dá uma aula boa e que a sala tá aprendendo, você não vai receber seu salário. Rapidinho ele [professor] ia começar a dar aula bem melhor!” (Tamara, Entrevista).

Em outros momentos do discurso dos adolescentes, ao considerar que o quadro educacional não depende exclusivamente de professores, alunos ou diretores, mas envolve a participação de pessoas externas ao ambiente escolar (“de quem tá fora da escola”), os jovens referem-se a contribuições que governantes poderiam fornecer à qualidade de ensino. Desse modo, propõem uma atuação do Prefeito direcionada à elaboração

e efetivação de projetos voltados para Educação, incluindo a comunicação com representantes das escolas para investigar a situação educacional vigente, informando-se sobre os problemas e necessidades presentes nas instituições escolares, de modo que colabore para a sua resolução:

Cristina: “[...] O Prefeito também pode ajudar!”.

João: “[Fazendo] projetos!”.

Janaina: “Tem que fazer projeto e agir!”.

(4º Encontro)

Cristina: “Ele [Prefeito] poderia... Não vou dizer comparecer nas escolas, mas sempre tá ligando, mandando e-mail, não sei... vendo como tá a educação na escola, vendo o que ele pode fazer pra ajudar. Quer dizer, ele pode fazer muita coisa, né? Mas é ter comunicação com a escola, com todas as escolas, pra poder ajudar, ver o que tá faltando”.

(Entrevista)

Outro relevante aspecto a ser apontado consiste na discussão dos jovens acerca da proposta, apresentada por estes durante um encontro em grupo, de incluir monitores (adultos) nas salas de aula, com o objetivo de auxiliar os professores a “manter a ordem, disciplina e progresso da sala” e “instalar equipamentos de vigilância (câmeras) nas escolas públicas”.

Ao debater esse tema, alguns adolescentes alegam que a melhoria do quadro educacional implicaria o investimento na segurança e na instauração da ordem na escola, reforçando-se a autoridade, a vigilância e o controle sobre o comportamento dos alunos. Ao sugerirem a instalação de câmeras nas salas de aula, endossam a prerrogativa de vigiar e punir os estudantes, buscando combater o caos e a desordem na escola. No entanto, os demais jovens do grupo questionam essa proposta, referindo-se ao caráter opressor presente em tal medida e afirmando que seria desnecessária e cercearia a liberdade dos alunos no ambiente escolar, na qual vigoram outros mecanismos de opressão:

Denis: “[...] Ter mais segurança, mais vigilância, prestar atenção no aluno. [...] Ser mais rigoroso nas coisa errada que o pessoal faz”.

Jhonatan: “[...] Colocar mais ordem na escola [...]. Tem que ter mais autoridade”.

Tamara: “[...] Policiamento dentro da escola”.

(Entrevistas e 4º Encontro)

Denis: “Instalação de câmeras de vigilância nas escolas públicas”.

João: “Tem que colocar [as câmeras] porque daí não vai ter aquela coisa que um faz alguma coisa e não fala que fez”.

Tamara: “Só que já vai ter aqueles ajudantes [monitores] e eles vão ficar tomando conta da sala. Então, não vai precisar de câmera. [...] Só porque a câmera tá aqui, [o aluno] não vai fazer nada? Quem quiser fazer, faz!”.

Denis: “Mas se ver pela câmera ela vai ser punida!”.

Tamara: “Punida!!! Meu, que...!!! Ó, não vai dar certo!”.

Janaína/Tamara/Jhonatan: “Não concordo que tenha câmera na sala”.

(Encontro Extra II)

Janaína: “O aluno não vai nem poder conversar, vai tá tudo gravado lá? Isso daí já é abuso, eu acho! [...] Isso de ficar vigiando, fica chato pro professor e pro aluno também, pra quem estiver na escola fica muito chato. [...] Se ficar um ajudante só olhando pra gente, se você conversar pra pedir uma borracha, já vai tá o ajudante falando um monte, e [ainda] vai tá as câmeras...!”.

(Entrevista)

Tamara: “[...] Não vai adiantar de nada! [...] Câmera poderia até ser pra segurança, mas pra vigiar os alunos...! Já tem um monte de grade!”.

(Entrevista)

Não precisaria instalar equipamentos de vigilância nas escolas públicas, pois iria parecer uma prisão; só deveria ter câmeras no fundo das quadras ou pátio para verem se tem alguém com maconha ou outros tipos de drogas, mas nas salas de aula não haveria necessidade (Documento produzido por Janaína com propostas para o PAN).

Quando é discutida a ideia de haver monitores (ou ajudantes) em sala de aula, os jovens consideram que sua função não deveria se restringir ao auxílio para que se mantenha a ordem na sala, mas envolveria o esclarecimento de dúvidas dos alunos sobre o conteúdo ministrado, durante a aula: “Se o professor tá ensinando, você fala: ‘Você pode me ajudar?’; se você quer uma opinião, uma ajuda, você fala com o ajudante, o professor vai estar ocupado” (Janaína – Entrevista).

Com relação a esse aspecto, os jovens acrescentam a proposta de se estabelecer, fora do horário de aula, um espaço em que os professores esclareçam as dúvidas levantadas pelos alunos. A realização desse contato individual com o professor é endossada por uma adolescente que se refere ao constrangimento produzido diante da exposição de alguma dúvida perante os colegas em sala de aula: “A maioria dos alunos tem vergonha também de perguntar alguma coisa. Porque aí o pessoal fica: ‘Ai, que burro, que burro!’” (Janaína – Entrevista). O trecho a seguir mostra essas ideias, introduzidas inicialmente por uma aluna (Janaína), cujas propostas foram discutidas em grupo e incorporadas ao documento referente ao PAN:

Deveria sim ter ajudantes para que pudessem ajudar a manter a disciplina e progresso na sala, mas também para ajudar os alunos que precisassem tirar suas dúvidas. Deveria também ter um dia especial para que cada aluno tirasse a dúvida com o professor ou marcar um horário depois da aula para fazer perguntas da matéria que não entendeu (Partido dos Adolescentes da Nação).

Um relevante fator apontado pelos jovens consiste na necessidade de se propiciar a comunicação entre os participantes da escola. Ao trazer essa questão, uma aluna a propõe que, nas reuniões entre pais e professores, além de se conversar sobre o comportamento dos alunos, os pais deveriam expor sua visão sobre o contexto escolar, referindo-se à qualidade de ensino na escola (incluindo questões institucionais envolvidas nesse processo), de modo que se discutam alternativas para a resolução dos problemas indicados.

Dessa maneira, os pais poderiam ser porta-vozes dos jovens alunos, que não costumam ser ouvidos: “Os pais [poderiam] reclamar também [...] do ensino, das coisas que têm na escola [...]. Eles [professores] iam ouvir, eles não iam ter como ficar falando um monte... do adolescente!” (Janaína – Entrevista). Com base em tais considerações, apresenta-se a seguinte ideia:

Os pais dos alunos deveriam participar das reuniões de pais e falar o que estão achando do ensino da escola, o que deveria melhorar, o que deveria mudar, dar opiniões para que a educação melhore. E os pais deveriam ser obrigados a ir nas reuniões, principalmente os pais dos alunos que dá muito trabalho (Partido dos Adolescentes da Nação).

A importância de se ouvir os alunos adolescentes também é enfatizada por estes, ao ressaltarem a necessidade de diálogo entre alunos e professores. No que diz respeito a tal aspecto, os adolescentes propõem a efetivação de um espaço de comunicação entre esses participantes do contexto educacional, em que se estimule a expressão dos alunos sobre questões relativas ao dia a dia escolar, incluindo elementos referentes à relação professor-aluno e à sua visão sobre a qualidade do ensino na escola:

Janaina: “Acho que eles [professores] também deviam fazer reunião com os alunos! [...] Porque os professores também não sabem o que a gente tá pensando, né? Eles não vão adivinhar! Podem pensar: ‘Eu acho que eles tão achando que minha aula tá boa’, mas na realidade, não; não tá boa. [...] Porque se começar a puxar... todo mundo começa a falar. [...] Aí eles iam entender o que a gente tá querendo dizer pra eles! Que a gente não diz, né? [...] Deveria... fazer umas perguntas, tipo assim: o que você acha que devia melhorar? O que você tá achando da escola? Dar umas ideias. Igual aqui [no grupo]. Podia dar uma folha pra gente responder; ia ser uma boa ideia! Aí devia falar de tudo que tá acontecendo... de professor-aluno, desses negócios. [...] A gente não pode só ficar esperando pelos outros fazer pela gente. A gente também tem que dar as ideias da gente, né?”

(Entrevista)

Associada a essa problemática, encontra-se a proposta, apresentada pelos alunos, de serem instituídos no ambiente escolar espaços em que se possibilite a expressão, o debate e a troca de informações sobre temas como a experiência escolar, adolescência, drogas, sexualidade, política e violência: “‘Na minha opinião, acho que a escola devia fazer um dia pra falar! [...] Com alguém..., psicólogo...; conversar, mesmo, sobre tudo que

tá se passando na escola, como é a adolescência...’ / ‘Porque qualquer adolescente gosta de falar o que pensa, tem assunto pra debater, pra discutir, mas não tem com quem discutir!’” (Tamara e João – Entrevista).

Além das considerações apontadas até então, os adolescentes acrescentam propostas gerais relativas ao quadro educacional, referindo-se ao investimento em: construção e infraestrutura de creches, escolas e faculdades; atividades de lazer e cultura; orientação e material fornecidos para professores e na fiscalização de aplicações financeiras voltadas para a educação. Tais ideias foram apresentadas inicialmente por um aluno (Denis), discutidas pelo grupo e selecionadas, em regime de votação, para incorporação ao documento do Partido dos Adolescentes da Nação:

- Pôr policiais circulando no ambiente escolar.
- Equipar os professores com materiais de qualidade e, assim, com mais recursos, a aprendizagem será mais detalhada.
- Atividades esportivas com frequência nas escolas.
- Investir no grêmio das escolas.
- Reformar grande parte das escolas públicas em um curto espaço de tempo.
- Acabar com as escolas de lata, e em seus lugares construir escolas de concreto.
- Construir e equipar as creches para que as mães fiquem tranquilas ao irem trabalhar.
- Visitas frequentes a teatros, cinemas e outras formas de cultura, tudo gratuito ou, ao menos, mais barato.
- Construção de novas FATECS, faculdades do Estado.
- Investir nas faculdades gratuitas, exigindo maior número de vagas nos vestibulares.
- Construção de bibliotecas públicas de fácil acesso à população.
- Aulas de orientação aos professores, com psicólogos especializados em comportamento de crianças e adolescentes.
- Fiscalizar todas as transações de dinheiro, material, merenda e atividades que vierem do governo ou qualquer outra instituição à escola (Partido dos Adolescentes da Nação).

No tópico seguinte, serão apontadas as demais propostas presentes nesse documento elaborado pelos alunos.

## Recado dos jovens para a sociedade: o Partido dos Adolescentes da Nação

Nós somos o congresso de adolescentes indignados com a atual situação do país. E queremos demonstrar que não somos aborrecidos, nossas opiniões são óbvias e diretas [e] temos responsabilidade suficiente para expor nossas opiniões. Somos julgados injustamente, principalmente pela nossa situação financeira e pelos atos de vandalismo de uma minoria de jovens que não tem alta conscientização e respeito pelo ambiente onde vivem (Partido dos Adolescentes da Nação).

Essa é a introdução de um documento elaborado pelos jovens, por meio do qual visam transmitir uma mensagem para a sociedade. Nesse texto, os alunos expressam suas ideias e apresentam propostas referentes à educação<sup>77</sup>, saúde, violência, transportes e emprego, que se configuram como proposições de um partido político fictício, criado por eles, intitulado “Partido dos Adolescentes da Nação”.<sup>78</sup>

Um aspecto essencial, destacado pelos jovens ao redigir tal documento (e presente ao longo de todos os encontros), consiste na relevância e necessidade de se eliminar a visão pejorativa, socialmente difundida, com a qual se veem adolescentes. Desse modo, ressaltam a importância de serem priorizadas e divulgadas suas virtudes (“podemos mostrar o que temos de qualidade”), salientando que apresentam “muitas ideias em mente”, que têm responsabilidade (tanto no sentido de comprometimento quanto no de compromissos ou “obrigações”) e conscientização política, em oposição à imagem de displicentes, “aborrecidos”, irresponsáveis e alienados. Inclusive, contrapõem-se aos estereótipos sociais que lhes são atribuídos, associados ao preconceito referente a sua condição socioeconômica, calcados na concepção de que os adolescentes seriam vândalos ou marginais, tal como ilustra o trecho anterior.

A respeito deste último elemento, percebem-se, novamente, em seu discurso, rupturas e reproduções relativas à concepção vigente na sociedade sobre os adolescentes. Ao discutir a redação de tal parágrafo introdutório,

77. Aparentadas no tópico anterior.

78. A versão final desse documento segue anexa (p. 143).

enquanto os jovens elaboravam tais considerações com base na imagem que apresentavam sobre si mesmos, evidenciavam uma crítica dessa visão depreciativa que lhes é socialmente vinculada; porém, ao fazer alusão a seus pares, reiteram esses estereótipos, conforme ilustra o seguinte fragmento:

Denis: “[...] e pelos atos de vandalismo que uma minoria, que não tem a nossa...”

João: “A maioria faz vandalismo!”.

Denis: “Ah, gente! Mas nós tem que defender nosso lado, também! Vái falar que é a maioria? Aí eles vão falar: ‘Vocês são vândalos!’”.

(Encontro Extra I)

Ao longo de todo o processo de produção desse documento, os alunos debateram, com afimco, questões referentes à conjuntura política vigente, bem como sobre alcances e limites da ação política dos jovens. Deve-se ressaltar que os encontros em grupo foram realizados durante o segundo semestre de 2004, período de candidatura e eleição ao cargo de Governador do Estado de São Paulo. Tal contexto configurou-se como base para discussões acerca desse tema.

Um primeiro elemento a ser apontado a esse respeito consiste na explicitação do apreço, por parte dos adolescentes, em se interar e debater assuntos relacionados à política, o que se opõe à concepção estigmatizada que se tem dos jovens, socialmente vistos como alienados. Assim, durante o primeiro encontro em grupo, os alunos manifestaram tal interesse<sup>79</sup>, bem como o desejo de se tornar eleitores aos 16 anos (voto facultativo) e envolveram-se em argumentações concernentes ao Programa Eleitoral em vigor e às propostas dos candidatos a Governador do Estado de São Paulo. Ao discutirem esses temas, fizeram aproximações entre tais aspectos e o modo pelo qual se concretizam ou se efetivam, com base na experiência pessoal ou na realidade que vivenciam:

Karina: “E essa ideia de que adolescente não quer saber de política, [...] é alienado?”.

79. Embora uma aluna (Janaina) tenha afirmado não gostar de discutir esse tema, participou ativamente dos debates, argumentando e apresentando contribuições em distintos momentos, inclusive na elaboração do documento do Partido dos Adolescentes da Nação.



João: “Nada a ver! Tô sempre discutindo com a minha mãe pra ver quem é o melhor político... [...] Mó legal!... Eu vou querer tirar [o título de eleitor aos 16 anos] e vou querer votar”.

Janaína: “Eu odeio política! Não converso de política. Eu não vou querer [tirar o título aos 16], porque, sei lá, eu acho muito chato. [...] Eu acho [chato], ter que ficar assistindo aqueles políticos. Ai, é horrível!”.

João: “Todos nós temos que votar no melhor pra nossa cidade. Porque se nós ficar pensando assim [...]; se ninguém votar, voto em branco, em branco, em branco..., vai pro que tá ganhando”.

Denis: “Eu vou [tirar o título]. Eu adoro política! [E também a gente precisa exercer] nossa cidadania”.

(1º Encontro)

Adriana: “A Marta só não vai ganhar porque só quer saber de enfeitar a cidade; ninguém come cimento ou come pedra!”.

João: “A Marta fez 21 CEUs”.

Denis: “Mas você vai lá e não tem vaga pra entrar. E aí? [...] Minha prima diz que esse CEU parece o inferno”.

João: “É nada, o que parece o inferno é essa escola de latinha. Lá no CEU é tudo perfeito. Tem cinema, quadra, teatro... [...] Tô aprendendo a tocar violão lá”.

Denis: “E a saúde? Ela falou que ia reformar não sei quantos hospital... [João: Fazer o quê, mano?] Não fez uma cama pro doente; se liga! Que que adianta ter CEU pro pessoal lá, se tá todo mundo doente na cama? Que adianta ter piscina, se tem nequinho que não pode sentar na cama, com soro na veia..., que adianta?”.

Janaína: “Tem um negócio também que apareceu na televisão: algumas pessoas que são bem de vida tá com renda mínima e quem precisa mesmo, não tá ganhando”.

Adriana: “Eu tava tirando 15 reais do Bolsa-escola”.

Denis: “Pelo amor de Deus! 25 reais e fala que tem não sei quantas famílias beneficiadas! Isso é uma esmola!”.

(1º Encontro)

Com base nessa discussão, os jovens propuseram a criação do PAN (Partido dos Adolescentes da Nação), e elaboraram proposições referentes à

saúde, educação, emprego, transporte e violência, voltadas para o Estado de São Paulo.<sup>80</sup>

De modo geral, com relação à saúde, apontam a necessidade de investir na infraestrutura de postos de saúde e hospitais (envolvendo construções e equipamentos, funcionamento e atendimento de qualidade), bem como no acesso da população a medicamentos. As medidas relativas ao aumento do índice de emprego envolvem, de acordo com os jovens, a canalização de recursos para a qualidade do ensino de cursos profissionalizantes gratuitos e redução de impostos cobrados a empresas, a fim de incentivar suas instalações nas cidades, de modo que propiciem o aumento da oferta de emprego (inclusive para jovens e idosos).

Sobre o transporte, enfatizam a importância de incentivo à produção, comércio e exportação de automóveis, combustíveis e peças automobilísticas nacionais, além da construção de ciclovias, dentre outras medidas. A respeito da violência, mencionam a valorização da vigilância, do controle e a punição à criminalidade, fazendo alusões à aprovação da pena de morte ou prisão perpétua, bem como ao treinamento e intervenção de policiais e à alteração no código penal, visando minimizar a corrupção e a impunidade.<sup>81</sup>

Por fim, os alunos apresentam uma proposta referente ao “Dia dos Adolescentes”, com base na ideia de serem realizadas, uma vez por mês, festas e atividades culturais gratuitas voltadas para os jovens, priorizando-se a segurança local, bem como a confiança e a colaboração de pais e filhos.<sup>82</sup>

Além disso, ao introduzir a discussão sobre alcances e limites da ação política dos jovens, os alunos ressaltam a necessidade de engajamento por parte da juventude, que deveria se unir e lutar pelos seus direitos e pela melhoria do quadro social:

Janaína: “[...] E também que a gente não pode parar de lutar, senão, nunca vai mudar. [...] Tem que ficar lutando até conseguir!”.

80. De acordo com uma aluna, tais ideias deveriam abranger todos os estados do país, em vez de se restringirem a São Paulo.

81. Ao passo que alguns alunos endossavam rigorosas medidas de combate ao crime, outros as contestavam. As proposições foram debatidas pelo grupo e aprovadas em regime de votação.

82. Em outro contexto, uma aluna enfatiza: “Tem que fazer alguma coisa pra gente se divertir, mas também, o mundo não é só diversão!” (Janaína – 4º Encontro).

Tamara: “Igual diz aqui [na letra da música ‘Não é sério’]: ‘a juventude tem que estar a fim e tem que se unir’ cada vez mais. E tentar mostrar pros adultos que a gente não é aborrecete; que a gente pode ser capaz de conseguir o que a gente quer, entendeu?”.

Karina: “E como faz pra se unir? Parece uma coisa tão longe, tão distante...”.

Tamara: “Todo mundo tem que colocar um propósito no coração e dizer: ‘Pô, a gente tem que conseguir, nem que a gente tenha que fazer greve lá na Praça da Sé, mas...? Não, é verdade! Por que eles conseguem aumento? Porque vão lá na Praça da Sé!’”.

Janaína: “A gente tem que começar a lutar pelos direitos!”.

(4º Encontro)

Ao fazerem uma aproximação entre esse discurso e sua efetividade (referindo-se ao seu próprio poder de ação, bem como ao de seus pares), alguns adolescentes se consideram impotentes para contribuir com a transformação do quadro social, além de alegar que a juventude, de modo geral, não poderia alterar a realidade, associando tal afirmação à ideia de que os jovens não possuem autoridade ou oportunidade de expressão; ou seja, vinculam essa impotência à imagem socialmente instituída sobre os jovens, bem como ao fato de não serem ouvidos, tal como ilustra o seguinte trecho:

Karina: “Mas, então, o que vocês pensam que vocês, que estão sentados aqui hoje, poderiam fazer pra mudar alguma coisa?”.

João: “Nós, nada!”.

Tamara: “É! [...] Olha, não é por nada não, mas os jovens não têm poder de nada!! Não querendo tirar com a gente, não, mas a gente não tem poder de nada! Se os Prefeitos não têm poder nem pra comandar a vida deles direito, imagine o mundo... [...] Como a gente vai tentar mudar se a gente não tem uma...”.

Evaristo: “[...] Autoridade!”.

Tamara: “Uma oportunidade..., uma autoridade! Como a gente vai tentar mudar, se eles não dão nenhuma chance, porque quando a gente vai falar [...], [acham] que a gente é uma perturbação! É uma coisa que a gente não é, entendeu? Eles têm que pensar que eles já

passaram por essa fase [...], só que a gente quer uma coisa melhor pra gente [e] pros outros...! Só que eles não dão chance, não dá oportunidade da gente falar! Então fica..., sinceramente... fica uma porcaria!”.

(4º Encontro)

Então, tomando por base o pressuposto de que a juventude não teria o poder de propiciar uma transformação social, um aluno acrescenta a ideia de que os jovens seriam o “futuro da nação”, alegando, entretanto, que apenas ‘futuramente’, quando se consagrassessem como adultos, poderiam intervir na conjuntura vigente, tomando-se políticos, por exemplo: “A única esperança, de verdade, que eu tenho, é porque nós somos o futuro. Quando [Denis] ganhar a presidência, pode fazer alguma coisa pros nossos filhos, ou pelo menos pra próxima geração” (João – 4º Encontro).

Ao longo do debate sobre esse tema, os alunos salientam que a juventude pode intervir e colaborar para a concretização de mudanças na sociedade, afirmando que os jovens devem se unir e se envolver em projetos coletivos, como na fundação de Organizações Não Governamentais (ONGs) e na elaboração de projetos voltados para os adolescentes. Além disso, apoiada nessa argumentação, uma aluna alega que os jovens deveriam apresentar condutas e propostas distintas das vinculadas à imagem pejorativa que lhes é atribuída, de maneira a suscitarem o questionamento e o abandono dessa visão depreciativa socialmente difundida (que a própria aluna reitera):

Janaína: “A gente poderia fazer [alguma coisa pra mudar]. Teria que ter mais força de vontade!”.

João: “E nos unir a outras pessoas. [...] Uma pessoa sozinha não [tem poder]. [...] pode ser jovem, velho, adolescente..., uma pessoa sozinha, não faz nada!”.

Janaína: “Tipo, criar uma ONG. [João: Com projetos] ... pra ajudar o adolescente”.

Cristina: “Tem que ter bastante pessoas, pra ver se todas concordam com o projeto e vai cada um fazendo sua parte”.

(4º Encontro)

Janaína: “Eu acho que a gente tem poder sim, mas tem que saber usar. Tem que usar com atos bons, sabe? Tem que fazer uma coisa que a pessoa fica assim: ‘Nossa, um adolescente fez isso?’ É difícil, mas você tem que fazer isso, aí ele vai se tocar mais. Agora, os adolescentes fazem as mesmas coisas: é pichando escola, quebrando tudo. Eles têm que fazer, tipo assim, vê uma coisa quebrada, ia lá, unia uma turma: ‘Vê se nós consegue arrumar isso daqui’. Aí todo mundo vai falar: ‘Nossa, um adolescente deu essa ideia?’. Tem que ter umas ideias assim, diferente! [...] Invés das pessoas falar mal dos adolescentes, [deviam] falar bem, porque aí eles vão ficar sentidos... e vão começar a melhorar. [...] Porque se ficar falando mal, aí eles vão ficar fazendo só isso”.

(Entrevista e 4º Encontro)

O aspecto apontado anteriormente, referente à necessidade de se elaborarem propostas e efetivarem-se projetos ou políticas públicas voltados para os adolescentes, é explicitado no seguinte trecho, em que também evidenciam seu poder de eleger um representante político, reconhecendo, portanto, uma forma de participação política dos jovens:

Tamara: “[...] Igual os políticos; eles só prometem coisas pros adultos e pra gente, nada. [...] Porque, sinceramente, não é por nada não, mas os adolescente tá esquecidos. Porque todo mundo.. eles só tão lembrando dos adultos, prometendo, prometendo. [...] Eles acham que a maioria desses negócio de política aí, eles pensam que é só adulto que vota; mas não! Tem muita gente, assim, com dezesseis anos, que vota. E a maior parte é a gente que elege, mesmo. Então, acho que eles têm que participar e tentar... e não só ficar prometendo coisas pros adultos [mas] também pra gente. Porque a gente é humano! A gente não é animal!”.

(4º Encontro)

Finalmente, um último elemento a ser destacado consiste na valorização, por parte dos jovens, da divulgação desse documento e, portanto, da possibilidade de expressão e transmissão de suas ideias e proposições, vistas, também, como propostas que deveriam ser acessadas e efetivadas por representantes políticos. A esse respeito, os alunos acrescentam:

Karina: “Dos assuntos que a gente conversou, o que mais te interessou?”

Tamara: “Ah, foi o projeto do PAN! [...] Porque você tava falando que vai levar pra USP e esse negócio de ir pra USP, pô! Sei lá...o Presidente podia ir lá! Até o Prefeito podia ir lá na USP, dar uma olhada lá na biblioteca...; se ele folheasse e desse uma olhada no nosso projeto pra fazer alguma coisa...”.

(Entrevista)

João: “O que tá escrito aí é o que o Prefeito [...] devia fazer pela cidade [...]]. Eu vou mandar pro Lula esse documento! Vou tirar uma xerox e mandar pro Palocci, o Ministro!”.

(Entrevista e 4º Encontro)

Denis: “O primeiro documento tem que ser bonito, pra ficar no museu de arte!”.

(Encontro Extra I)